



Taxista José
Majidi acha
que é preciso
mais do que
20 dias para
acabar com
UT. Pág. 3

Cidades/Esportes

DESTAQUE O CADERNO DE

Sd 10% das
motoristas que
correm demais
são pagas por
rodar
nada. Pág. 6



TERÇA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 1995

IPT reprova 90% dos botijões de São Paulo

Instituto testou 300 unidades de regiões distintas do Estado e só 10% não apresentaram defeitos; estudo revelou que dos 77 milhões de botijões do País 33 milhões têm mais de 15 anos

ALICE GRANATO

Os botijões de gás distribuídos para a população de São Paulo estão em estado crítico, conforme os resultados de uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) da Universidade de São Paulo (USP). Das 300 unidades testadas, 90% apresentaram defeitos. Os botijões que passaram a amostra do mercado de São Paulo foram recolhidos nas regiões de Campinas, Santos e Capital.

O chefe do Laboratório de Metalurgia do IPT, professor Tibério Ceccon, alerta sobre a necessidade de as empresas distribuidoras partirem para um controle imediato da manutenção dos botijões. "Embora não aconteça de forma instantânea, a requalificação é um processo viável no Brasil", garante. De acordo com Ceccon, as empresas devem levar entre 6 e 10 anos para requalificar os 77 milhões de botijões do mercado brasileiro. O investimento estimado para o projeto é de R\$ 500 milhões. A Norma Brasileira Recomendada (NBR) nº 8.865 prevê que os recipientes sejam re-

qualificados a cada 10 anos. "De

acordo com o primeiro passo a ser seguido pela empresa é uma cuidadosa inspeção visual, que prevê uma avaliação das condições do cilindro — não deve ser colocada no mercado a unidade que, entre

outros problemas, apresente deformações graves, vazamentos, defeitos nas argolas superiores e inferiores, e danos causados pelo fogo. Os botijões devem também conter um selo com garantia de manutenção e com a identificação da empresa que o distribui. Assim, em caso de acidentes, os responsáveis poderão ser localizados e responsabilizados pelo ocorrido.

Essas metas serão exigidas a partir de hoje, às 9 horas, durante blitz que serão realizadas nos pontos de venda de gás da Capital. Para o professor do IPT, a medida é boa. "Alguns tem de ser responsabilizados perante o consumidor". Dos boti-

jões pesquisados pelo IPT, 42% estavam sem identificação da empresa.

A equipe que fiscalizará as distribuidoras será formada por funcionários do Departamento de Controle do Uso de Imóveis (Centru), das Secretarias das Finanças, Administração Regional e da Guarda Civil Metropolitana. O diretor do Centru, Carlos Alberto Venturini, afirmou que os fiscalizadores e certificados de segurança dos botijões. A multa por unidade fora do padrão será de R\$ 340,00. Em caso de reincidência a empresa será fechada.

O estudo do IPT mostrou que a maioria é a principal causa dos acidentes provocados por vazamentos de gás. Esse problema é responsável por 15% das ocorrências causadas por botijões. Dos cilindros analisados, 3% apresentaram revidos feitos com solda. Segundo Ceccon, após sua colocação no mercado, os botijões sofrem um contínuo processo de deterioração por causa das condições adversas de uso e manutenção.

No teste de capacidade volumétrica, 42% não passaram no teste — em 34% deles havia excesso de gás e em 8% faltava o produto.

**BLITZ NOS
PONTOS DE
VENDA
COMEÇA HOJE**



A vigésima nona

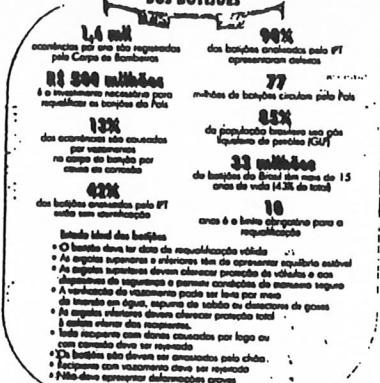
Três pessoas foram assassinadas e outras três baleadas, todas da mesma família, ontem pela manhã, em São João do Rio Preto, na zona sul, na 29ª chácara do ano na Grande São Paulo. O crime foi cometido por três pessoas, que estavam mais de

40 anos (foto). Os mortos são Severino Soares da Silva, de 39 anos, o irmão, José, 27, e o filho Gilson, 14. A mãe, a mulher e a filha de Severino estão feridas. A polícia investiga as hipóteses de morte de crimes promovidos por traficantes

de São Paulo, onde os filhos mataram os pais. Uma irmã, Susi, disse desconfiar de negócios dos dois. "O crime ocorreu para 97 e o número de mortos em chácara era um".

Pág. 5

CONDIÇÕES DOS BOTIJÕES



Sindicato assume que a situação é preocupante

Direção da entidade diz que empresas necessitam de recursos para fazer a requalificação

O superintendente do Sindicato das Empresas Distribuidoras de Gás do Brasil (Sindigás), Afonso Celso Álvares, assumiu que a situação de estoque nacional de botijões é preocupante. "O que está ocorrendo não é confortável para os consumidores", afirmou Álvares. Segundo ele, as empresas estão lutando para conseguir dar início ao processo de requalificação. "Dependemos de recursos financeiros e técnicos".

Álvares alegou que, a curto prazo, não haveria botijões suficientes para distribuir enquanto as que apresentassem defeitos estivessem sendo requalificadas. "Há muito tempo estamos discutindo com o governo uma forma de solucionar esse processo", garantiu. "É ponto prioritário no Ministério das Minas e Energia e no Ministério da Fazenda".

O superintendente do Sindigás disse que algumas empresas são mais rápidas de que outras na adequação das novas regras. Ele prevê que para requalificar todos os botijões que estão no mercado brasileiro as empresas levarão cerca de cinco anos. Álvares afirmou que a cobrança das condições ideais dos botijões varia muito de município para município. Para ele, a requalificação "é um direito do consumidor".

O diretor-presidente da Copagás, Ueno Zahran, disse que a requalificação mais próxima das empresas brasileiras é na Argentina. "Estamos na batalha para conseguir criar as nossas condições", garantiu. Segundo Zahran, para alcançar os padrões de requalificação, cada empresa deverá abandonar o botijão de sua própria marca. "A Copagás consegue fazer isso com 80% dos produtos fabricados por ela".

Algumas empresas já estão criando suas próprias condições. O superintendente da Ultragás, Carlos Machado Filho, assegurou que a distribuidora vai começar a fazer a requalificação em 30 dias. "Estamos montando uma oficina de 500 metros quadrados". Outras empresas, como a Agip Liquefida, calcularam que só seria possível começar a requalificação em 10 anos. "As empresas precisam estar sendo avaliadas para fazer os testes", afirmou o diretor comercial da empresa.



Foto: Paulo Sérgio

Bombas caseiras

Explosão acende debate sobre botijões de gás

botijões, cinco deles no subsolo. O próprio Departamento Nacional de Combustíveis, DNC, a quem cabe cuidar da fiscalização dos botijões no país, tem visão parecida. "Acredito que, em 99% dos casos de acidentes com botijões, a

responsabilidade é do consumidor, que é negligente em seu uso", diz Paulo Iunes, chefe do serviço de fiscalização do DNC. É uma bela desculpa para uma repartição pública que tem na cidade de São Paulo sete funcionários, encarregados de fiscalizar os botijões e, de quebra, a gasolina vendida em cerca de 3 000 postos.

E SPECIALISTA EM boas tiradas e em colocar tranca em porta arrombada, Carlos Alberto Venturelli, diretor-geral do Departamento de Controle e Uso de Imóveis, Contru, da prefeitura, insurge-se

contra essa opinião. Com números fornecidos pelo Corpo de Bombeiros, ele afirma que, em 33% dos acidentes com GLP, o problema está mesmo nos botijões. "Acredito que 40% da frota está sucata", calcula. "Há botijões por aí com uns cinquenta anos de idade, produzidos ainda no tempo da II Guerra."

Ao exigir a requalificação dos botijões, a prefeitura mexe num vespeiro literalmente federal. A portaria municipal não deixa, porém, de chamar a atenção para uma legislação excessiva e confusa. "A lei federal fala em requalificação, mas não estabelece as normas técnicas para ela ser feita", diz Leonardo Ferola, assessor jurídico do DNC. Também por essa razão, os fiscais fazem apenas exames visuais, tirando de circulação botijões muito amassados ou enferrujados. Venturelli é partidário dos testes hidrostáticos, que submeririam os botijões a uma carga três vezes maior do que a que eles normalmente comportam. Depois, submersos em água, revelariam possíveis vazamentos e, se aprovados, passariam a ser reconhecidos com um selo



Venturelli, do Contru: "Sucatas do tempo da II Guerra"

Os estilhaços da explosão da lanchonete Santa Cruz, em Vila Mariana, atingiram, de alguma forma, cerca de 2,5 milhões de lares paulistanos. Em suas cozinhas e áreas de serviço estão instaladas verdadeiras bombas: os botijões de gás. Sempre prontos para detonar, ou produzir apapamentos letais, ao menor descuido, por mau uso ou defeitos no próprio equipamento, seus perigos são velhos conhecidos. A morte de quatro pessoas que dormiam numa pensão no andar de cima do prédio, na manhã do feriado de 21 de abril, reacendeu uma discussão não menos antiga. Dias após a tragédia, a prefeitura tomou uma providência que faz lembrar o ditado da tranca depois da porta arrombada. Ou seja, publicou uma portaria. Ela dá um prazo de vinte dias para as distribuidoras efetuarem a "requalificação" de todos os botijões que armazenam o gás, tecnicamente conhecido como gás liquefeito de petróleo, GLP, comercializados em São Paulo. Isso significa que cerca de 10 milhões de botijões em uso na capital, segundo estimativas da Ultragaz, devem ser testados.

É o que se pode chamar de uma missão impossível. "A prefeitura está decretando que todo mundo a partir de amanhã deve falar inglês", compara Miguel Mironiuc, diretor comercial da Agip Liquegás. "Não dá para pensar em requalificação sem pensar nos recursos necessários para isso." Os distribuidores de GLP acreditam que o maior problema não está no recipiente, mas na instalação inadequada. Na lanchonete Santa Cruz, foram descobertos onze

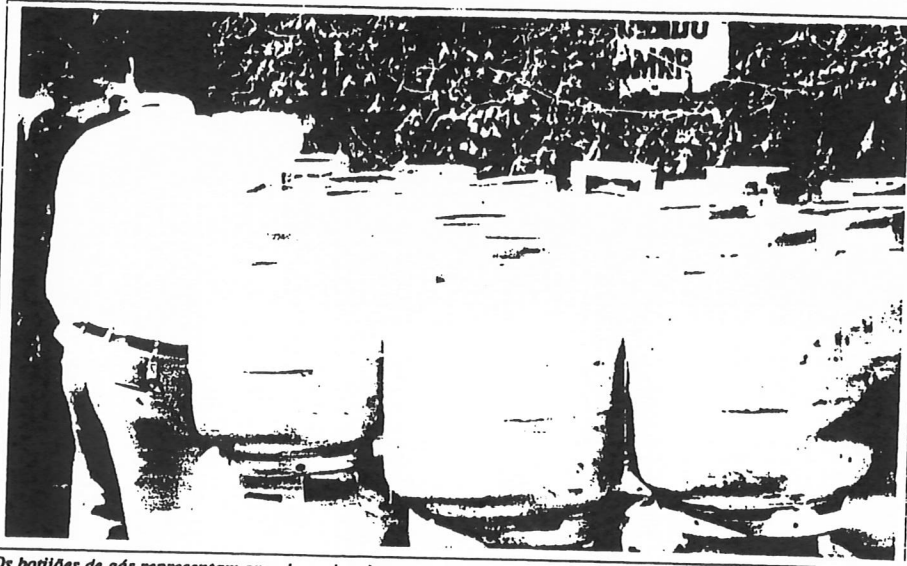
Como se prevenir

- O regulador de pressão e a mangueira devem ter a identificação do Inmetro (NBR)
- A mangueira deve ser substituída a cada 10 anos
- Com o gás, não se deve fumar, nem cozinhar
- Ventos fortes devem ser evitados
- Repetir o teste hidrostático a cada 10 anos
- Manter o botijão sempre em pé
- Não tocar o botijão com o corpo
- Verificar o nível do gás
- Verificar o nível do gás



PUBLICAÇÃO _____
 LOCALIDADE _____
 DATA _____
 PÁGINA _____
 CM _____
 VALOR _____

Botijões de gás sucateados se transformam em bombas



Os botijões de gás representam grande perigo à população

A confirmação de que pelo menos 30% dos 85 milhões de botijões de gás em circulação no país não atendem às normas de segurança, e de que cerca de seis milhões deles estão circulando em São Paulo de maneira sucateada e se transformaram em uma bomba em potencial dentro de casa, está assustando consumidores, comerciantes, consumidores e até membros do Corpo de Bombeiros. Há botijões da época da Segunda Guerra Mundial em circulação, o que representa um perigo cada vez mais eminente à população.

Estatísticas do Corpo de Bombeiros do estado de São Paulo apontam que 35,1% dos acidentes com GLP ocorrem em consequência de defeito na válvula, 13,1% por problemas no anel de vedação e 12,5% por furos nas carcaças.

O mercado nacional de produção de botijões de gás está nas mãos de quatro empresas: as paulistas Aratel, Margels, Metalplus e a cearense Esmaltec. A Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça convocou os responsáveis por essas empresas para uma reunião em Bra-

sília. O objetivo é a criação de normas de segurança a serem obedecidas pelo setor.

A portaria 843 do Ministério das Minas e Energia recomenda que a responsabilidade pela manutenção do vasilhame e requalificação dos botijões é de competência das distribuidoras, que estariam fazendo de tudo para burlar a legislação. A denúncia é do diretor do Departamento de Controle do Uso de Imóveis (Contru) de São Paulo, Carlos Alberto Venturelli.

Para se ter uma idéia do perigo, na Capital está em vigor a portaria que obriga as distribuidoras a marcarem seus respectivos nomes nos cascos dos botijões e a ter um lacre. Segundo Venturelli, "eles cumprem, mas colocam um selo de plástico, que queima nas explosões — o que impossibilita identificações. Além disso, os cilindros não são submetidos a testes de requalificação", denuncia.

Um teste realizado pelo IPT — Instituto de Pesquisas Tecnológicas — comprovou que 8% dos 300 botijões que foram analisados pelo

Instituto não passaram nem mesmo no teste de requalificação. Cabe ao DNC (Departamento Nacional de Combustível) limitar a cota de gás de acordo com o número de botijões de cada engarrafadora. Só que esses vasilhames acabam circulando entre elas sem que ninguém faça a manutenção.

Nas reuniões que estão ocorrendo em Brasília, os empresários do gás estão pedindo R\$ 0,20 de reajuste no preço do produto para que possam investir na melhoria dos botijões. Inicialmente, eles pediram R\$ 8,00. Esse reajuste deve ser concedido.

Embora não se tenha uma estatística definida, em Franca, o Corpo de Bombeiros atende inúmeros casos de explosão de botijões de gás todo ano. Apesar de não registrar vítimas de ordem física, os casos provocam abalos nas estruturas residenciais e medo nos próprios moradores das casas atingidas. As orientações dos bombeiros são cada vez mais frequentes, em que pese muitas pessoas ainda não terem se dado conta do perigo que os botijões danificados representam. (Luis Antônio Ribeiro)

SP é recordista em acidentes com gás de cozinha

*Conclusão é da Câmara
dos Deputados, com base
em dados do Corpo de
Bombeiros*

BRASÍLIA — O Estado de São Paulo é o campeão brasileiro em acidentes provocados por gás de cozinha, segundo levantamento feito pela Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados com base em dados do Corpo de Bombeiros. Em um ano foram registrados 10.048 casos no Estado. No mesmo período, houve 48 casos em Minas. Na próxima semana, a comissão vai começar a chamar para uma audiência pública todos os setores do governo envolvidos na requalificação das botijões de gás.

O Ministério da Justiça já determinou um prazo para que as empresas distribuidoras de gás de cozinha renovem seus estoques de botijões. Mas foi a recente tragédia ocorrida em Osasco que alertou a comissão. Os deputados Celso Russomano (PSDB-SP) e Gilney Viana (PT-MG) resolveram convocar o Instituto de Metrologia e Qualificação Industrial, a Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça, o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e o Departamento Nacional de Combustíveis para avaliação das providências tomadas pelas empresas.

Segundo o Corpo de Bombeiros, a cada dia ocorrem 45 acidentes com botijões de gás em todo o Brasil, sendo que São Paulo lidera o ranking de ocorrências. Em seguida vem o Ceará, com 1.356 casos; Pernambuco, com 708; Paraná, com 704; Paraíba, com 664; Distrito Federal, com 653, e Rio, com 560 casos.

ESC.

061-984494

065-9815943

4376

061-3185376 FONE

2376 FAX

065-6248752

ELIANE



SINO - SELECIONADORA DE INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS S/C LTDA.

PUBLICAÇÃO A Província do Pará
LOCALIDADE Belém-PA
DATA 20.01.95
PÁGINA _____
CM _____
VALOR _____

Bomba-relógio

Ninguém percebe, mas o segmento de revenda de gás de cozinha, o GLP, está entrando em colapso e a qualquer momento pode ocorrer um acidente de grandes proporções. O setor encontra-se estagnado e em total deteriorização, colocando em risco o abastecimento e a própria segurança da população. Os caminhões de entrega, responsáveis pelo abastecimento de 80 por cento do gás de cozinha no mercado interno fazem parte de frotas sucateadas. Os barcos que transportam os botijões para as populações ribeirinhas, pior ainda. Hoje, a margem de lucro do GLP é de apenas R\$ 0,33 por botijão entregue. Valor insuficiente para manter as atividades com um serviço de qualidade.

A realidade - Mais de 78 milhões de botijões que circulam hoje pelo País nunca foram submetidos a um processo de requalificação. Em diversos países do mundo a manutenção é feita a cada dez anos, como no Japão. Além da requalificação dos botijões, é preciso também a ampliação no número de vasilhames em circulação, visando uma melhor assistência e reposição das unidades sucateadas.

No Brasil há 78 milhões de botijões para uma venda de cinco milhões e 500 mil toneladas de gás. Enquanto na França, por exemplo, dispõe de 300 milhões botijões para o mesmo consumo e a Argentina 150 milhões. Os sindicatos das empresas representantes de GLP marcam uma marcha a Brasília a fim de levar o problema aos Ministérios da Fazenda, Minas e Energia e Departamento Nacional de Combustível.

VEÍCULO
Jornal de Brasília - DFDATA
28-fev-96EDITORIA
OpiniãoPÁGINA
2

Riscos dos botijões

ROMANO FONTANA

O sistema adotado no Brasil para a distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) — diferente do que vigora na maioria dos países — vem favorecendo a perda da qualidade dos botijões em circulação e criando riscos crescentes para seus usuários. O problema é sério porque 90% dos lares brasileiros dependem do GLP. A eles somam-se hospitais, hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos.

Há hoje em circulação cerca de 80 milhões de botijões de GLP. São 80% nas residências de usuários e o restante em trânsito ou nas companhias distribuidoras. Mais da metade desses botijões tem 15 anos ou mais, exigindo requalificação e manutenção adequada para garantir a resistência à pressão interna do gás ou manuseio. A idade em si não seria problema, pois na Itália, França, Alemanha e em outros países há botijões de até 40 anos em perfeito estado. No Brasil, porém, muitos botijões de até dois ou três anos já se apresentam em precárias condições, apesar de fabricados com especificações técnicas do mesmo nível.

O problema está na regulamentação brasileira, instituída pela Resolução nº 13/76, CNP, repetida pela Portaria 843/90, do ex-Minfra, e na impossibilidade de fiscalização eficaz de um serviço tão extensivo, que facilitam fraudes e outros procedimentos irregulares. Estes, além de infringir as leis de defesa do consumidor atentam contra o direito de propriedade da marca, dificultam a manutenção do botijão e a responsabilização civil e criminal da distribuidora ou agente em caso de acidentes.

Em todo o mundo, a utilização e a movimentação de botijões com a marca da empresa é sempre exclusiva desta. Com isso, a responsabilidade pela manutenção e requalificação é clara. Quando o cliente não está satisfeito com a companhia que o atende, vende ou abre mão de seu vasilhame, comprando de outra empresa.

lização de embalagens com marca de terceiros, a regulamentação do setor de GLP estabelece um regime de troca e destroca, de modo que o botijão de uma empresa é legalmente manuseado pela concorrente. O consumidor pode entregar seu botijão vazio de uma marca a outra empresa que é obrigada a aceitá-lo, no estado em que estiver, recebendo desta um botijão cheio de sua marca. A distribuidora que vendeu fica responsável pela destroca com o concorrente da marca do botijão vazio recebido do consumidor. Este procedimento, estabelecido pela referida portaria, parte do princípio teórico de que o concorrente seja ético e que também deva ter um botijão vazio da marca da primeira, para possibilitar a destroca, o que não acontece. As empresas são diferentes, operam e investem de formas diferentes. Na prática, o sistema emperra e propicia todo tipo de mazelas e irregularidades.

Os problemas são graves. Grande parte dos botijões não é destrocada e acaba enchida e comercializada pelos concorrentes, que assim desfrutam da receita da venda do gás sem os custos respectivos de manutenção dos botijões. Com isso, ninguém é responsabilizado pela manutenção deles, o que favorece sua degradação.

O consumidor, mal informado, aceita o botijão cheio, mesmo em mau estado, porque pode devolvê-lo vazio a qualquer distribuidora. Pensando adquirir uma marca, o consumidor recebe outra, podendo ter em casa uma "bomba". O engarrafador de outras marcas (OM) também não se preocupa com o estado do botijão, porque a marca impressa não é a sua, o que impedirá que seja responsabilizado. Ganha-se com a venda, portanto, sem investimentos e sem os pesados custos de manutenção do botijão. Desta forma, a distribuidora perde contato com seu botijão, que não retorna para a revisão necessária, podendo até ser responsabilizada por acidente com vasilhame de sua marca.

zou. Muitas vezes, esse vasilhame de só retorna à distribuidora de origem em péssimas condições, para ser sucateado e substituído por outro novo pois cabe à distribuidora de origem, pela lei, arcar com esse custo.

Percebe-se um comportamento irregular; de concorrência desleal e de enriquecimento ilícito de empresas que não fazem investimentos e não destrocam botijões. Elas são favorecidas por essa legislação que, a pretexto de facilitar a vida do consumidor, na verdade estabelece um sistema ambíguo, que o prejudica. O botijão de gás é muito seguro quando mantido em perfeitas condições de uso, mas oferece riscos quando apresenta defeitos ou vazamentos, por acondicionar um combustível altamente inflamável, contido sob pressão no vasilhame.

É necessária, portanto, reduzir os riscos de acidentes com botijões de gás modernizando a legislação, adotando sistemática que impeça efetivamente o recebimento, o engarrafamento e o manuseio dos botijões da marca dos concorrentes, motivo principal da impressionante degradação dos botijões em circulação e dos serviços prestados ao consumidor.

É preciso que a distribuidora seja claramente identificada, especialmente com sua marca estampada em relevo no botijão, para ser responsabilizada perante o consumidor, e que colha os resultados de sua atuação no mercado. É este o modelo adotado nos países desenvolvidos. A legislação deve proteger o consumidor ajudando-o a distinguir o bom do mau serviço e a responsabilizar o fornecedor em caso de fraude ou irregularidade, atendendo aos requisitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor. Só assim a população poderá contar com um produto de qualidade, regido por rigorosos critérios de segurança.

■ Romano Fontana, presidente da
Associação Brasileira de Distribuidores de Gás Liquefeito de Petróleo (ABDGLP)



PUBLICAÇÃO Jornal de Comércio
LOCALIDADE Recife-PE
DATA 25.04.95
PÁGINA _____
CM _____
VALOR _____

► Gás

Explosão reacende o debate sobre o GLP

SÃO PAULO — A polêmica em torno da comercialização do GLP na cidade surgiu após a explosão que matou 4 pessoas e feriu outras 17, ocorrida na sexta-feira (21), no Bar e Restaurante Santa Cruz, em Vila Mariana, na Zona Sul da Capital. O laudo oficial sobre as causas da tragédia só sairá dentro de 15 dias. Mas os peritos técnicos já admitiram que a explosão deve ter sido provocada por vazamentos nos botijões, estocados no subsolo do bar.

Técnicos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) estão examinando as mangueiras dos botijões encontrados pelos bombeiros e as chapas utilizadas para fazer os lanches. Até ontem à tarde, ainda restavam a facha-

da e os cômodos da frente do prédio. A Guarda Metropolitana está responsável pela segurança do local e nos sete edifícios interditados que ficam nas imediações.

O prefeito em exercício, Sólon Borges dos Reis, assinou ontem portaria proibindo a comercialização de botijões de gás que não tenham passado por uma requalificação. As empresas engarrafadoras do gás de cozinha (GLP) deverão vistoriar todos os botijões antes da distribuição, devendo fazer constar dos vasilhames selo com o nome da empresa, data da vistoria e nome do engenheiro responsável. Os botijões não poderão apresentar nenhum tipo de vazamento. As empresas infratoras serão punidas com multas.

Distribuidores desrespeitam

A maior parte das empresas distribuidoras de gás de cozinha não têm como cumprir a portaria assinada ontem pelo prefeito de São Paulo em exercício, Sólon Borges dos Reis, de acordo com o superintendente executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo (Sindigás), Afonso Celso Álvares. "A saúde financeira das empresas não permite que se arque com esse recurso", afirmou Álvares.

Segundo Álvares, também não existem instalações adequadas para realizar a requalificação dos botijões. "As empresas sairão do mercado ou serão penalizadas", afirmou o superintendente do Sindigás. "Mas uma vez que existe uma Lei Federal que não contempla essa exigência, as empresas poderão recorrer à Justiça para o efeito suspensivo da portaria.", lembrou.

Av. Pres
Fones:(01

Edifício não cumpre norma

Publicada no Diário Oficial do Município, em 28 de abril de 1993, a Lei 11.352 prevê a obrigatoriedade do uso de sensores para detectar eventuais vazamentos de gás em estabelecimentos comerciais e edifícios com mais de cinco andares. Desde então, o texto legal preparado pelo vereador Mário Noda (PPR) terminou não sendo regulamentado.

Segundo o diretor do Departamento de Controle do Uso de Imóveis (Contru), Carlos Alberto Venturelli, a ausência de regulamentação está relacionada a um problema técnico. "Não temos a comprovação de que exista um equipamento eficiente no mercado", frisou. "E isso só seria possível caso um instituto de notória especialização pudesse fornecer laudos sobre os aparelhos que poderiam ser utilizados", lembra Venturelli.



SINO - SELECIONADORA DE INFORMAÇÕES E NOTÍCIAS S/C LTDA.

PUBLICAÇÃO _____
LOCALIDADE _____
DATA _____
PÁGINA _____
CM _____
VALOR _____

Perigo nos botijão

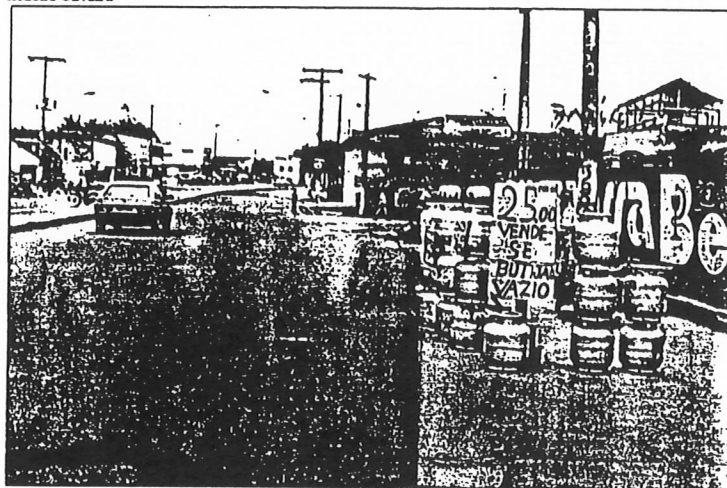
Falta de reciclagem, descaso no manuseio e outros problemas embalam em alto risco 96% dos botijões usados nas residências.

Muitas donas-de-casa não sabem, mas têm em suas cozinhas um produto de alto risco - Dados fornecidos pelo Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT) da Universidade de São Paulo aos sindicatos que atuam no setor de comércio de minério e derivados de petróleo, apontam que somente 4% dos 70 milhões de botijões de gás disponíveis no país respeitam as normas de segurança estabelecidas pelo governo. O resto, (67,2 milhões) apresenta vazamento, ferrugem de vasilhame e outras irregularidades.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores que atuam na distribuição de gás (GLP) em Belém, Jaime Rodrigues, a principal causa da violação das normas de segurança é a falta de reciclagem dos vasilhames, o que leva as empresas distribuidoras improvisarem lançando mão de métodos paliativos no sentido de suprir suas necessidades. Nos Estados Unidos e Japão as companhias são obrigadas a fazer "check-up" nos vasilhames a cada 10 ou 12 anos. No Brasil essa prática não existe em lugar algum, e há botijões circulando com até 40 anos de uso, mesmo em Belém, "o descaso é muito grande, e os riscos se voltam contra o consumidor, que ficam sujeitos a sérios riscos", alerta Jaime Rodrigues.

Um dos recursos utilizados pelos revendedores, com propósito de esconder o precário estado físico dos botijões, é pintá-los, dando-lhes uma aparência, quando, na realidade, muitos já estão sem condições de uso. O manuseio feito incorretamente também provoca danos aos vasilhames, e a maioria apresenta alças de sustentação amassadas, e ali a ferrugem costuma se

Rodolfo Oliveira



Sem fiscalização, a venda clandestina cresce em Belém, aumentando o perigo nas cozinhas

Rodolfo Oliveira



Rodrigues denuncia maquiagem

instalar, gerando o problema.

Entre os principais problemas enfrentados pelas empresas distribuidoras, está o sucateamento dos caminhões utilizados na entrega dos produtos. Essa deficiência provoca também o aumento no número de distribuidores clandestinos, como os chamados "piranguinhos" ou seja, pessoas que vendem gás nas ruas em carro-de-mão, sem as mínimas condições de segurança. Do ponto de vista de Jaime Rodrigues, é preciso haver, por parte dos órgãos competentes, maior rigor de fiscalização para esse tipo de comércio, que está ficando cada vez mais flagrante na cidade, porque se transformou em mais uma alternativa de sobrevivência para muitas pessoas. "Há pessoas inabilitadas vendendo uma mercadoria que requer muito cuidado. Daí a ne-

cessidade de se fazer alguma coisa", diz o sindicalista.

O vendedor de botijões vazios Carlos Nazareno, diz não ver "nada de mais" na comercialização de botijões nas ruas. "Pelo contrário, quebra o galho de muita gente, que fica na mão quando o gás termina e o caminho de distribuição não passa", alega, reclamando que deve haver "compreensão" das autoridades. "O pessoal, como eu, só quer ganhar um dinheirinho", diz Carlos Nazareno. Rosivaldo Alcântara, desde às 8h da manhã, percorre mais de 15 quilômetros com seu carro-de-mão oferecendo botijões. O lucro é razoável, mas o cansaço o faz pensar em desistir. "A gente fica empurrando esses carros num sol de lascar, sem ter a certeza que vai vender tudo. E geralmente a gente não vende mesmo", ressalta o vendedor.

ais essas pessoas construíam
as casas nos lotes de terras pú-
licas que receberam (cerca de
0 mil).

Nesse trabalho, dona Maria for-
necou uma curiosa tese: a de que
pessoas que vivem debaixo das
pontes e viadutos, refugiadas em
vasões, não têm identidade pes-
soal nem cívica, política — porque

o podem declarar seu endereço;
o declarar, correm o risco de
perder o emprego, o crédito, os
lucros, o único refúgio, e ir para
a rua, literalmente. Nessas

...muitas vezes, a pessoa não pode se comunicar nada. Nem tem tempo suficiente quando um desses espessos "preconceitos" ou "relatos da vida" se impõem e a expressão é de dupla natureza: coarctação e construção das referências.

A sistemática adotada no Brasil para a distribuição de botijões de gás – diferente do que vigora nos países desenvolvidos – vem favorecendo a deterioração dos botijões e dos equipamentos, criando riscos crescentes para os usuários e para a população em geral. O problema é potencialmente muito sério, por envolver 90% dos lares brasileiros de baixa renda, que dependem do gás liquefeito de petróleo, e a eles se somam hospitais, hotéis, restaurantes e outros estabelecimentos.

Existem hoje em circulação no Brasil cerca de 80 milhões de botijões e cilindros de GLP. Mais da metade desses botijões têm 15 ou mais anos de idade, exigindo regularmente manutenção adequada para garantir sua resistência à pressão interna e ao manuseio. A preocupação é que o GLP tem sido usado em países em que o GLP tem sido usado há botijões de 30 e até 40

71 per cento ■

mo: R\$ 1,2 bilhão/ano, embora se situe na faixa de rendimentos que vai só até dez salários mínimos. A segunda notícia, da semana passada, é de que caiu em 1993 a taxa de desemprego no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio, de 22,1% do total para 20,5%, a percentagem de imóveis alugados no País; com isso, a percentagem de famílias que moram em casa própria subiu de 63 para 71% no mesmo período.

O aparente paradoxo estaria em quem, segundo a visão clássica das "elites" brasileiras, isso significaria que se está acentuando o processo de favelização. Segundo dona Maria, pode estar crescendo a cidadania, já que mais famílias dispõem de "um retalho de chão" e constroem sua identidade.

A julgar pelos números, o paradoxo é apenas aparente, porque, de acordo com a mesma PNAD, entre 1992 e 1993 caiu de 5,31% para

anos em perfeito estado, enquanto no Brasil botijões com 2 ou 3 anos já estão em precárias condições, apesar de fabricados com especificações técnicas do mesmo nível. Requalificação a cada dez ou quinze anos, isoladamente, não soluciona o problema.

**O consumidor pode
entregar seu
botijão vazio de uma
marca, e outra
empresa é obrigada
a recebê-lo**

O problema está na regulamentação brasileira sobre o assunto, instituída pela Resolução 13/76, CNP, repetida pela Portaria 843/90, e na impossibilidade de fiscalização eficaz de um serviço tão extensivo em um país continen-

dos com recursos públicos.

Ninguém sabe qual é exatamente o custo habitacional brasileiro. As estimativas variam entre 6,4 milhões de moradias (3,3 milhões novas e 3,1 milhões precisando de reformas, segundo estimativa do Secretariado de Habitação e Desenvolvimento de São Paulo, Lázaro Krausenhut, na Folha de S. Paulo de 11 de março) e 10 milhões. Mesmo ficando com o número menor, eliminar o déficit implicaria, pela mesma estimativa, investimentos da ordem de R\$ 50 bilhões.

No ano passado, o governo federal investiu cerca de R\$ 2 bilhões nesse setor. Portanto, levaria 25 anos só para resolver o problema que já existe, sem levar em conta novas necessidades. A perspectiva para este ano, segundo o ministro José Serra, é de apenas R\$ 4 bilhões em habitação e saneamento (nessa última área, o déficit é gigantesco). E ninguém sabe como resolver o problema do

ial, facilitando fraudes e outros procedimentos irregulares.

No Brasil, apesar de ser proibida por lei a utilização de embalgens com marca de terceiros, como em to-

o indivíduo, a regulamentação do setor de GLP estabelece um regime de troca e des- troca, de modo que o botijão de gás de uma empresa é legalmente manuseado pelo con- sumidor, e não pelo núcleo do pro- prietário. O consumidor pode en- tregar seu botijão vazio de uma marca, independentemente do seu uso, a outra empresa, que é obrigada a aceitá-lo, recebendo des- se um botijão cheio de sua mar- ca. A distribuidora que venceu fi-

outras razões, porque o desemprego subiu de 4,97% da população economicamente ativa, em 1983, para 6,8% dez anos mais tarde — ao mesmo tempo que o emprego formal (importante para obter financiamentos) caiu de 58,5% do total para 50,9% e o emprego informal subiu de 35 para 38,6%.

Com esses números, como pensar em pagar aluguel nas favelas de menor renda? Além disso, desemprego no Brasil não é a mesma coisa que na Europa e nos Estados Unidos. Aqui, em certas favelas, desemprego, para quem não tiver casa própria, pode significar a transferência para debaixo da ponte.

Tudo isso explica a migração forçada rumo à casa própria nos últimos dez anos, ainda que essa migração implique autoconstrução e perda de status social, por exigir a moradia em áreas menos valorizadas, na periferia das cidades, junto a aqueles que vêm de condições ainda piores (quase invariavelmente,

ca responsável pela
destroca com o con-
corrente da marca do
botijão vazio recebido
do consumidor.

Esse regime parte do princípio teórico de que a concorrência seja ética e também deva ter um botijão de gás da marca da primeira para possibilitar a destroca, o que não acontece. Como as empresas operam e investem de forma diferente, na prática o sistema emperra, dando oportunidade a todo tipo de marmelada e irregularidade, acarretando sérios riscos ao consumidor. E o que é pior: não há identificação clara e objetiva da empresa responsável, em caso de sinistro, pois parte dos botijões não re-

dez anos

provavelmente não precisaria ser tão forte, já que as taxas de crescimento populacional continuam a cair, assim como as taxas de fertilidade das mulheres e o número médio de pessoas por família. Mas como os pobres tendem a locali-

encontrar-se em áreas de invasão ou em locais de assentamentos (em geral, clandestinos) nos quais o incorporador limitou-se a demarcar os lotes, transferir-se para o Estado, já falido, a obrigação de implantar todas as infra-estruturas urbanas (redes de água, esgotos e energia, drenagem, transporte, ônibus, escolas, postos de saúde e de polícia). E acentua-se o processo de devolução ambiental principalmente com a ocupação de fundos de vale e encostas), que veio, depois, consequências graves, entre elas as inundações.

Como sair do paradoxo?
Em primeiro lugar, teremos de
perder preconceitos. Costumamos

retorna para a distribuidora de origem, não é destruída e acaba sendo enchida irregularmente e recolocada no mercado sem revisão e sem manutenção.

Há um comportamento irregular, de concorrência desleal, de empresas que não fazem investimentos e não destrocam botijões

Ganha-se com a venda do gás, mas os pesados custos de manutenção dos botijões respectivamente provoca sua degradação precoce. Observa-se, então, um comportamento irregular, de concorrência desleal e de enriquecimento ilícito de empresas que não fazem investimentos e não desincumbem botijões, favore-

o Brasil vai levar essa experiência à Habitat II – que é possível urbanizar favelas. Recife e Brasília já provaram que se pode levar o saneamento a favelas e assentamentos com custos muito menores (esgotamento sanitário) e ainda ter ganhos de informação para o planejamento. Curitiba inovou com as vilas de ofício, misto de habitação e oficinas. Muitos outros municípios estão inovando. O Protec também.

Se se for esperar que o governo federal, mergulhado no tirocínio do ajuste fiscal, elimine as disparidades regionais de renda (ou setoriais), volte a gerar empregos ou invista pesado em habitação e saneamento, melhor será encontrar poltronas bem confortáveis, porque poderemos de esperar muito.

O que não faz sentido é torcer o nariz para soluções possíveis, em nome de soluções ideais que nunca se viabilizam.

cidas pela legislação vigente; que, a pretexto de facilitar a vida do consumidor, na verdade está a belece um sistema ambíguo de troca e destroca de botijões, que o está prejudicando.

É necessário, portanto, reduzir os riscos de acidentes com bombas de gás modernizando a legislação, adotando sistematicamente o acolhimento, o empacotamento e o manuseio dos bombas da marca dos concorrentes, motivo principal da imprecisa e desastrosa degradação dos vasilhames em circulação e dos serviços prestados ao consumidor.

É preciso que a distribuidora seja claramente identificada, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, com sua marca estampada no botijão, para ser responsabilizada perante o consumidor. E que colha os resultados de sua atuação no mercado.

Presidente du Aquilinus S A

Botijões, velhos e perigosos

Romano Fontana.



EMPRESAS & NEGÓCIOS

■ NESTA EDIÇÃO ■

FINANCAS & MERCADOS